

Treze de Maio, passado e presente



» JORGE SANTANA
Professor doutor em história do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campo Largo

Em uma audiência do Supremo Tribunal Federal (STF) que tinha como pauta a inconstitucionalidade de lei estadual que pôs fim às políticas de ações afirmativas em Santa Catarina, o governo de Jorginho Melo (PL) defende tal descalabro alegando que o estado catarinense tem a maior população branca entre todos os estados — portanto, não necessita de políticas afirmativas destinadas às pessoas negras e indígenas. A lei do fim das cotas raciais foi aprovada no ano passado e sancionada em 2026, provocando diversas críticas.

Em 2012, foi aprovada e sancionada a Lei Federal nº 12711, estabelecendo ações afirmativas em todas as instituições de ensino superior e de ensino médio técnico federal. A lei estabeleceu 50% das vagas destinadas para candidatos/as de escolas públicas, pessoas negras, indígenas e, recentemente, também quilombolas. Todas essas categorias devem atender a critérios de renda, vedando candidaturas com renda familiar per capita superior a um salário-mínimo. Em 2008, a Universidade Federal de Santa Catarina implementou as cotas étnico-raciais. Essa política tem resultados positivos: o aumento vertiginoso de negros, indígenas e de escolas públicas nas universidades e institutos federais.

Há três anos, conheci uma cidade catarinense de nome interessante. A cidade homenageia um dos dias mais importantes do Brasil, o 13 de maio de 1888 — data da assinatura da Lei Áurea (abolição da escravidão), após ser aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado, libertando milhares de escravizados. O município chama-se Treze de Maio, localizado na região sul de Santa Catarina. A bandeira da cidade tem no centro do brasão um homem sem camisa, com os braços abertos e correntes rompidas nos pulsos. A referência à libertação dos escravizados é evidente.

Contudo, na página da cidade, a narrativa histórica é completamente contrária aos símbolos municipais. A história “oficial” traz um mito fundador que tem como gênese a chegada dos imigrantes italianos, no final do século 19. Segundo o site da prefeitura, o povoamento teve início em 1877, quando chegaram os imigrantes. A instalação da colônia italiana teve patrocínio estatal da Comissão de Terras e Colonização, da província catarinense. A comissão mediu, dividiu os lotes doados às famílias italianas e forneceu assistência. A história “oficial” no século 20 é toda calcada no desenvolvimento do município protagonizada pelos italianos, além da narrativa de, apesar do nome, inexistir quilombolas no território.

Uma reviravolta ocorreu em 2015, quando foi declarada que 30 hectares na cidade de Treze de Maio eram uma área de interesse social, destinada ao quilombo Família Thomaz. Essa decisão foi baseada em pesquisas que apontaram a presença de quilombolas na região desde o século 19. O escravizado Custódio Manoel Thomaz recebeu um quinhão de terras do seu senhor no contexto da abolição, nos anos 1880. Custódio e sua família cultivaram a

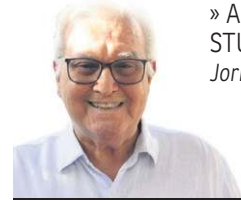
terra, produzindo mandioca, farinha, porco, galinha etc. Após a morte do patriarca, a família foi expulsa, como revela a antropóloga Sandra Martins Faria: “A saída da terra foi consequência de várias pressões sofridas pelos membros da família. Ameaças veladas, assédio, isolamento socioeconômico e outras violências, inclusive racistas, deixando os herdeiros de Custódio sem opção”.

A família Custódio espalhou-se para outras cidades catarinenses e até fora do estado. E as terras do patriarca e da família foram apropriadas pelos descendentes de italianos. Esse caso não apenas revela a presença da população negra em Santa Catarina, mas o quanto ela foi vítima de violência sistemática, expropriação e racismo, em contrapartida aos imigrantes, que receberam benesses e privilégios do Estado.

Em 2025, o governador catarinense disse: “A cidade se destaca pela cor da pele das pessoas”, quando visitava Pomerode, a cidade mais “alemã” do país. Na região do Vale do Itajaí, onde fica essa cidade, a ocupação dos imigrantes europeus só foi possível porque os bugreiros (caçadores de indígenas) realizaram campanhas violentas de expulsão e assassinato do povo indígena Xokleng. A tentativa de pôr fim às cotas raciais é uma amalgama de supremacismo branco, como na declaração exaltando a cor alva dos pomerodianos.

O quilombo Família Thomaz é categórico em revelar o quanto os negros foram apagados, ilegalmente expropriados de suas terras e vítimas de racismo. O Censo 2022 apontou que 23% da população catarinense é negra, apesar do governo catarinense negar. Viva a resistência da família Thomaz e seu real Treze de Maio!

Política e negócios



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Ciro Nogueira, presidente do Progressista, senador pelo Piauí, chefe da Casa Civil no governo de Jair Bolsonaro, entre agosto de 2021 e dezembro de 2022, expoente do Centrão, estava no bolso de Daniel Vercaro. Recebia mesada de R\$ 300 mil (R\$ 500 mil?) para ajustar os interesses do banco ao processo político. Foi ele o autor de projeto de emenda — não aprovado — elevando de R\$ 250 mil para um milhão a responsabilidade do Fundo Garantidor de Créditos, o que daria mais folga para o banco continuar a vender títulos falsos, cujo prejuízo seria coberto por outras instituições financeiras. Uma esperteza bancária, coberta por esperteza político-partidária. E tudo isso tem valor. O representante do Piauí cobrou caro, mas foi desmascarado pela Polícia Federal. Está na mira do Supremo Tribunal Federal.

É o escândalo do Banco Master e do Banco de Brasília (BRB). Um contaminou o outro. Paulo Henrique Costa, que souhou desembarcar na Faria Lima precedido de boa fama, costumava lembrar que assumiu a presidência do Banco de Brasília depois que a polícia saiu das dependências da instituição, levando junto dirigentes presos. Ele, que veio da Caixa Econômica Federal, saneou o banco, uma espécie de tesouraria do Governo do Distrito Federal, e costumava a agradar o governador e alguns apunhaçados. Mas, o BRB, de repente, mudou: começou a anunciar na camisa do Flamengo, ao mesmo tempo criou cartão de crédito com a marca do clube carioca. Foi um sucesso.

Apesar de todos os avisos do Banco Central de que era negócio perigoso, arriscado e cheio de armadilhas, o BRB colocou dinheiro no Banco Master. A Polícia Federal mergulhou no assunto. Gente grávida, como o representante do Piauí, aparece nessa investigação que já se tornou embaraçosa até para ministro do Supremo Tribunal Federal. Camaradagem é algo que não existe nas relações financeiras. Pessoas importantes ganharam muito com as ações da direção do Banco Master. E com a maneira de fazer negócios, impetuosa e debochada, de Daniel Vercaro. Afagos milionários ocorreram em vários níveis na política.

O Banco Master viveu dos contatos políticos de sua direção. Ele recebeu investimentos de fundos de pensão de funcionários públicos de prefeituras de 18 cidades brasileiras. A mais comprometida delas é a do Rio de Janeiro, cujo instituto de pensões e aposentadorias colocou R\$ 970 milhões no banco. O Conselho Consultivo da instituição é um desfile de nomes conhecidos da política nacional. Ricardo Lewandowski deixou o STF em agosto de 23 e ganhou um assento no colegiado. Ficou lá até abril de 2024, quando assumiu o Ministério da Justiça, que mandou prender Daniel Vercaro, o proprietário do Master, quando ele tentava deixar o país a bordo de seu jato Falcon Dassault.

Durante este tempo, foi auxiliado pelo filho Enrique Lewandowski, depois substituído por Viviane Bari. Quem assumiu o lugar de Lewandowski foi Henrique Meirelles, ex-presidente do BC de Lula e ex-ministro da Fazenda de Michel Temer, que também foi contratado por Vercaro como consultor. O comitê era formado ainda por Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda de Lula, e Gustavo Loyola, ex-presidente do BC de Itamar Franco e Fernando Henrique. Guido Mantega levou Vercaro a Lula, em audiência no Palácio do Planalto.

Foram tantas as investidas do Banco Master e de seu principal controlador em busca de cumplicidade na Praça dos Três Poderes e na avenida Faria Lima que a operação destinada a prender Daniel Vercaro e decretar a liquidação do banco chegou a ser considerada impossível. A Polícia Federal agiu bem e rapidamente. O processo está nas mãos do ministro André Mendonça, terrivelmente evangélico na definição de quem o indicou para o STF, que não parece disposto a minimizar o ocorrido. Ao contrário, coloca as responsabilidades em cada um dos acusados. Essa é a linha de investigação que, se for levada às últimas consequências, desmontará biografias na direita e na esquerda, no governo e na oposição. Paulo Henrique Costa, afastado do cargo, preso, ameaça também com delação premiada. Ele repetiu a história: deixou a presidência do BRB com a polícia na porta. Mas, desta vez, ele foi para trás das grades.

O escândalo Master é o retrato bem desenhado das relações do mundo econômico com a política no Brasil. É assim que funciona na prática o capitalismo no país, apesar da ação das entidades regulatórias do sistema. Tempos atrás, o falecido e saudosos senador Severo Gomes (MDB-SP) dizia ser necessário estatizar o Banco Central. Ou seja, proteger o erário da ação predatória dos grandes investidores. A providência é necessária até hoje.



O potencial do maracujá brasileiro para exportação e o destaque do DF



» JULIO CÉSAR MENEGOTTO
Engenheiro agrônomo, produtor e especialista em maracujá de alta performance

O Brasil é reconhecido mundialmente por sua força agrícola e pela diversidade de frutas tropicais produzidas em diferentes regiões do país. Entre elas, o maracujá ocupa posição estratégica, não apenas pelo consumo interno consolidado, mas também pelo crescente potencial de expansão no mercado internacional.

O maracujá brasileiro apresenta diferenciais competitivos importantes para exportação. O país tem clima favorável, ampla área cultivável, experiência técnica acumulada e uma cadeia produtiva capaz de atender tanto o mercado de fruta fresca quanto a indústria de polpas, concentrados, ingredientes naturais, cosméticos e bebidas.

Nos mercados internacionais, especialmente na Europa, América do Norte e Ásia, cresce a procura por frutas exóticas, naturais e com alto valor agregado. Esse cenário favorece diretamente o maracujá, que reúne sabor marcante, versatilidade industrial e características nutricionais valorizadas pelo consumidor moderno. Além do consumo tradicional, a fruta vem sendo reconhecida pelo potencial funcional, pelos compostos bioativos e pela presença crescente em produtos saudáveis e naturais.

Dentro desse contexto nacional, o Distrito Federal apresenta características únicas que podem posicioná-lo como referência em produção de maracujá de alta qualidade. A região tem altitude elevada, clima com boa amplitude térmica, alta incidência solar e períodos bem definidos entre seca e chuva. Esses fatores favorecem frutos com excelente padrão visual, maior teor de sólidos solúveis (Brix) e elevado rendimento de polpa.

Outro diferencial importante está na logística. O Distrito Federal ocupa posição estratégica no centro do país, com acesso facilitado a rodovias, centros de distribuição e aeroportos, o que reduz distâncias e favorece operações voltadas à exportação e ao abastecimento de grandes mercados consumidores.

A produção local também destaca-se pelo perfil técnico dos produtores e pela crescente adoção de tecnologias agrícolas. Irrigação, fertirrigação, manejo nutricional, controle fitossanitário e planejamento de produção são ferramentas cada vez mais presentes nas propriedades rurais da região. Esse conjunto de práticas permite maior padronização, produtividade e qualidade final, fatores essenciais para mercados exigentes.

No Distrito Federal, o maracujá possui relevância crescente dentro da fruticultura regional. Segundo dados do Relatório de Informações Agropecuárias 2025 da Emater-DF, a fruticultura local alcançou aproximadamente 2.382 hectares plantados e produção superior a 40 mil toneladas. Dentro desse cenário, o maracujá aparece entre as frutas de maior importância econômica, sendo considerado a sétima fruta mais cultivada no DF, com cerca de 132,26

hectares plantados e produção próxima de 3.465,94 toneladas. Esses números demonstram não apenas a consolidação da cultura na região, mas também o potencial produtivo e tecnológico do DF.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de aproveitamento integral da cadeia produtiva. Além da fruta fresca e da polpa, resíduos como sementes e cascas podem ser destinados a compostagem, alimentação animal, extração de óleo e desenvolvimento de produtos ligados à bioeconomia. Esse aproveitamento amplia a rentabilidade e fortalece o conceito de sustentabilidade dentro do setor.

O momento é oportuno para ampliar a visão sobre o maracujá como produto estratégico de exportação. O Brasil possui tradição agrícola consolidada e pode avançar ainda mais em rastreabilidade, padronização, certificação e posicionamento internacional. Mercados externos valorizam não apenas qualidade, mas também origem, sustentabilidade e regularidade de fornecimento.

O Distrito Federal reúne características que vão além da simples produção agrícola. A combinação entre conhecimento técnico, clima favorável, inovação, logística e perfil empreendedor dos produtores cria um ambiente estratégico para o desenvolvimento do maracujá voltado ao mercado internacional.

O maracujá brasileiro não representa apenas uma fruta tropical. Ele carrega potencial econômico, geração de renda, inovação agroindustrial e oportunidade de inserção em mercados globais que valorizam qualidade, identidade regional e sustentabilidade.